

PODER

AGU cobra explicações da Meta

Órgão fixa prazo de 72 horas para que empresa esclareça quais mudanças anunciadas serão implementadas no Brasil e se a companhia adotará medidas para combater crimes como violência de gênero, racismo e homofobia nas suas plataformas

» VICTOR CORREIA

A Advocacia-Geral da União (AGU) deu, ontem, prazo de 72 horas para que a Meta, empresa dona do Instagram, Facebook e WhatsApp, preste explicações sobre quais mudanças na sua política de moderação de conteúdo serão implementadas no Brasil.

O anúncio foi feito pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros de Estado sobre a regulamentação das plataformas no país.

“Eu queria expressar a enorme preocupação do governo brasileiro com a política adotada pela empresa Meta, que parece com uma biruta de aeroporto: o tempo todo muda de posição ao sabor dos ventos”, disse Messias a jornalistas no Palácio do Planalto. “Não vamos permitir de forma alguma que essas redes transformem o ambiente em uma carnificina digital, ou barbárie digital. Vamos protocolar a ação ainda hoje (ontem)”, acrescentou.

A AGU enviou ainda ontem uma notificação extrajudicial para a companhia. O órgão enxerga nas mudanças anunciadas pela Meta um possível aumento nos casos de violação de direitos fundamentais nas plataformas. Pede que a empresa explique o que será feito para coibir casos de violência de gênero, para proteger crianças e adolescentes, prevenir racismo, homofobia e transfobia, bem como caso casos de suicídio, e proibir discursos de ódio.

Já sobre o fim da checagem de fatos e a criação das “notas da comunidade”, a AGU quer saber se haverá a divulgação de um relatório de transparência sobre a ferramenta, com dados sobre quem são os grupos que mais contribuem para as notas, a porcentagem de participação cidadã e outras informações “que demonstrem os resultados das notas da comunidade para verificação da sociedade em geral sobre sua eventual eficácia”.

Questionado sobre as consequências para a Meta, caso não responda a solicitação, Messias afirmou que o governo tomará as medidas legais cabíveis, com possível acionamento do Judiciário, sem detalhar. Comentou, porém, que a suspensão das plataformas não está em discussão no momento.

Daniel Estevão/AscomAGU



Messias: “Não vamos permitir, de forma alguma, que essas redes transformem o ambiente em uma carnificina digital, ou barbárie digital”

Ministério Público

Na quarta-feira, o Ministério Público já tinha fixado prazo de 30 dias para que a Meta informasse se planeja implementar as mudanças em suas políticas de checagem de fatos no Brasil.

Saiba mais

Notas da comunidade

As notas da comunidade são uma ferramenta de moderação coletiva de conteúdos. Elas aparecem abaixo de algumas publicações potencialmente enganosas. O Twitter as usa desde 2021, e em 2022 foram amplamente implementadas na rede social, comprada pelo bilionário Elon Musk e renomeada como X. As notas são propostas e redigidas por usuários voluntários, que precisam se inscrever previamente, e não são editadas pelas equipes do X.

Fim de programas de inclusão

A Meta anunciou, ontem, o cancelamento de seus programas de diversidade, inclusão e equidade (DEI), marcando mais uma grande mudança em sua estratégia alinhada politicamente com prioridades conservadoras.

Em um memorando enviado aos funcionários, a empresa informou sobre a eliminação de sua abordagem de contratação baseada na diversidade e a dissolução de sua equipe dedicada às políticas de DEI.

Essas mudanças ocorrem em meio ao que a Meta descreveu como “um cenário jurídico e político em transformação”, após decisões recentes da Suprema Corte dos Estados Unidos que restringiram programas voltados ao aumento da diversidade em universidades.

O memorando, relatado pelo site Axios, chega após a Meta revisar abruptamente suas políticas de moderação de conteúdo, incluindo o encerramento de seu programa de verificação, em um forte alinhamento com as prioridades da agenda da futura

administração de Donald Trump.

Como argumento para sua decisão drástica, o fundador da Meta, Mark Zuckerberg, afirmou que os verificadores de fatos “estão muito politizados e contribuíram para reduzir a confiança em vez de melhorá-la, especialmente nos Estados Unidos”.

O anúncio reflete críticas de longa data do Partido Republicano e do proprietário da plataforma X, Elon Musk, em relação à moderação e verificação de conteúdos, incluindo discursos de ódio em redes sociais.

Zuckerberg, por sua vez, tem buscado recentemente uma reconciliação com Trump, desde sua eleição em novembro, incluindo uma doação de um milhão de dólares para o fundo de posse do presidente norte-americano — no próximo dia 20 —, além de contratar um republicano como chefe de assuntos públicos da empresa.

Também ontem, Zuckerberg concedeu entrevista a um podcast no qual criticou a gestão do presidente Joe Biden por solicitar

» Biden: “Vergonha”

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, classificou, ontem, de “realmente vergonhosa” a decisão da gigante tecnológica Meta de encerrar seu programa de verificação de fatos no país. “Acho que é realmente vergonhosa” a decisão da Meta, disse Biden aos jornalistas na Casa Branca. “É completamente contrária a tudo o que os Estados Unidos representam”, acrescentou.

a censura de conteúdos nas plataformas da empresa durante a pandemia de coronavírus.

Os republicanos têm se oposto, há muito tempo, a programas de diversidade em empresas, muitos dos quais foram estabelecidos após o movimento Black Lives Matter, em uma tentativa de reconhecer as disparidades raciais nos Estados Unidos.

Um apelo da ONU

Regulamentar discurso de ódio na internet “não é censura”, disse o alto comissário da Organização das Nações Unidas (ONU) para os direitos humanos, Volker Türk, ontem, depois de a Meta suspender seu programa de verificação de fatos nesta semana.

“Autorizar discursos de ódio e conteúdos prejudiciais na internet tem consequências no mundo real. Regular esse conteúdo não é censura”, enfatizou Türk, na rede social X, cujo proprietário, Elon Musk, acusou os programas de verificação de informações de censurar vozes conservadoras.

O alto comissário fez um apelo à “responsabilidade e governança no espaço digital, em conformidade com os direitos humanos”, acrescentou.

A gigante da tecnologia Meta, empresa matriz do Facebook, anunciou na terça-feira a suspensão de seu programa de verificação de fatos.

A medida ocorre no momento em que os republicanos dos EUA, assim como o empresário Musk, que é próximo do presidente eleito Donald Trump, reclamaram nos últimos anos sobre os programas de verificação de fatos, considerando-os uma forma de “censura”.

Questionada sobre a presença da ONU nas redes X e Meta, Michele Zaccheo, oficial de comunicações da ONU em Genebra, disse que as Nações Unidas “monitoram e avaliam constantemente” esses espaços on-line.

“É importante que estejamos presentes com informações baseadas em fatos, e é isso que defendemos”, acrescentou. “Ainda não sabemos como isso vai evoluir”, mas “neste momento, continuamos pensando que é importante estar presente nessas plataformas, apresentar as informações baseadas em evidências.”

A porta-voz da Organização Mundial da Saúde (OMS), Margaret Harris, presente na coletiva de imprensa, acrescentou que o papel dessas redes para a organização “é fornecer boa informação científica sobre saúde e devemos fazê-lo onde as pessoas procuram, portanto, estaremos presentes em todas as plataformas, na medida do possível”.

Plano para matar Lula e Moraes surgiu na deep web

» PABLO GIOVANNI

As mensagens sobre um plano de atentado contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), surgiram na deep web. A informação foi confirmada pelo Correio.

As mensagens, recebidas em 3 de janeiro por meio de uma denúncia anônima, chegaram primeiramente à Divisão de Prevenção e Combate ao Extremismo Violento (DPCEV) da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e foram, posteriormente, compartilhadas com a Polícia Federal. O suposto plano envolveria o uso de granadas, explosivos e um fuzil Barrett .50 — arma de precisão de grosso calibre desenvolvida para o Exército dos Estados Unidos.

Investigadores ouvidos pela reportagem afirmaram que nenhuma denúncia é descartada e, por isso, até o momento, o caso está sendo tratado como real. O trabalho das autoridades agora é verificar a veracidade das

Fotos: Rosinei Coutinho/SCO/STF



O ministro Alexandre de Moraes é o relator do inquérito sobre os atos golpistas de 8 de janeiro

informações, que diziam que o atentado ocorreria neste mês. O fórum em que as mensagens circulam, segundo os

investigadores, é amplamente utilizado por extremistas.

A deep web é a parte da internet que não é indexada por

mecanismos de busca e se caracteriza como um espaço que abriga diversos crimes, como pedofilia, tráfico de drogas e

armas, entre outros. Um inquérito policial foi aberto pela PCDF que, possivelmente, encaminhará as informações pertinentes sobre o episódio ao STF, pois se trata de um crime articulado contra personalidades dos Três Poderes.

Alvos

Em novembro do ano passado, a Polícia Federal revelou um plano de golpe que visava assassinar o presidente Lula. Segundo a investigação, o grupo criminoso, composto por militares e um policial, batizou a ação de Punhal Verde Amarelo. O objetivo era envenenar Lula, além de também planejar ataques contra o vice-presidente Geraldo Alckmin e contra Moraes.

No fim do ano passado, a divisão da PCDF prendeu Lucas Ribeiro Freitas, 30 anos, corretor de imóveis de Fortaleza. O suspeito planejava um atentado contra Brasília e foi interceptado enquanto dirigia um caminhão em direção à capital federal, vindo da Bahia. A operação contou com

o suporte estratégico da Divisão de Operações Aéreas da corporação. Lucas permanece detido em Brasília.

Poucas horas antes, o advogado Fabrizio Domingos Costa Ferreira causou tensão ao estacionar um Volkswagen Polo em frente ao Quartel do Comando Geral da PMDF, no Setor Policial Sul. Ele alegou estar com dispositivos capazes de explodir as sedes dos comandos da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e da PF.

Após a ameaça, a PMDF acionou a Operação Petardo — protocolo para casos de ameaça com explosivos — e iniciou uma perseguição ao veículo de Fabrizio, que fugiu em alta velocidade. Policiais do BPCoque/Patamo conseguiram interceptá-lo no Eixo Monumental, próximo ao Setor Hoteleiro Norte, nas imediações do Torre Palace Hotel. O homem foi levado sob custódia e permanece internado, sob suspeita de ter sofrido um surto psicótico. Ambos os casos ocorridos no Distrito Federal estão sendo investigados pela Polícia Civil.